



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

## **A Expansão da EaD na Educação de Jovens e Adultos nos municípios fluminenses: Políticas Públicas, Desafios e a Garantia do Direito à Educação para Jovens e Adultos**

**Igor Jean Viana Da Silva<sup>1</sup>**

### **EIXO 1 - Políticas públicas, infância, adolescência e juventude**

#### **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo, originado de uma pesquisa de Mestrado na UERJ, investiga a expansão da Educação a Distância (EaD) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Rio de Janeiro. A análise da experiência do Consórcio CEDERJ (Silva, 2025) e dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), administrados pela Fundação CECIERJ, revelou a proliferação de programas municipais de EJA semipresencial. Tais programas são implementados com base na Resolução CNE/CEB nº 1 de 2021 (BRASIL, 2021), mas sem transparência em relação a objetivos ou metodologias.

A EJA destina-se a quem não concluiu os estudos na idade adequada (BRASIL, 1996). O perfil desse público, frequentemente marginalizado e com alta evasão, exige acompanhamento especializado (RAMOS E BEZERRA, 2020). A migração para modelos semipresenciais, apesar do discurso de flexibilização, transfere responsabilidades para estudantes pobres e idosos, que mais necessitam do espaço escolar para acolhimento e socialização.

Questiona-se com a perspectiva freireana, como a EJA pode ser mantida como prática dialógica e construção coletiva (Freire, 1987) em modelos que reduzem a educação a materiais digitais. Este trabalho busca quantificar a penetração da EaD na EJA fluminense e analisar criticamente seus impactos potenciais, especialmente em um cenário de cortes orçamentários na educação pública. A EJA semipresencial, então, surge como uma suposta solução quantitativa, negligenciando a função social da escola (GERBELLI E VENTURA, 2023).

---

<sup>1</sup> Igor Jean Viana Da Silva é mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FEBF) e membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Trabalho e Educação (GPPET/FEBF/UERJ), com foco em pesquisas sobre Educação a Distância e financeirização do Ensino Superior. Possui especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (PIGEAD/UFF), é Bacharel em Administração (UNESA) e Licenciado em Geografia (Centro Universitário Claretiano). Atualmente, atua como professor de Geografia nas redes municipais de ensino de Itaboraí e Belford Roxo. E-mail: igorjviana@gmail.com

A metodologia envolveu o mapeamento dos municípios com unidades da Rede CEJA e, inesperadamente, a identificação e catalogação de programas municipais autônomos de EJA a distância. A pesquisa incluiu a caracterização dos modelos pedagógicos, mapeamento de parcerias e busca por indicadores de eficácia, cruzando dados com indicadores socioeconômicos. A análise documental crítica identificou discursos oficiais de "flexibilização" e "ampliação de acesso", enfrentando o desafio da escassez de dados oficiais sobre os resultados dos programas.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

O mapeamento de 92 prefeituras fluminenses revelou que nove municípios (9,8%) implementaram programas próprios de EJA a distância, como Belford Roxo, Magé e Rio de Janeiro. A concentração dessas iniciativas na Baixada Fluminense, região de baixos indicadores socioeconômicos, levanta questões sobre a relação entre vulnerabilidade social e a adoção da EaD na EJA.

A organização dos programas mostra uma tendência à centralização, como no CEADQ de Queimados. A Rede CEJA, presente em 48 municípios, tem limitações como a ausência de turmas de alfabetização e um modelo semipresencial padronizado. A principal dificuldade encontrada foi a falta de transparência nos dados, impedindo a avaliação do real impacto na rede presencial e na qualidade educacional.

## **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A concentração de programas EaD em regiões mais pobres sugere que a modalidade é usada para redução de custos, transferindo desafios aos estudantes sem acesso adequado à tecnologia. Essa estratégia contradiz a equidade na EJA, pois as populações mais vulneráveis são as que mais precisam de acompanhamento presencial.

A expansão da EJA semipresencial no Rio de Janeiro é paradoxal: amplia o acesso formal, mas pode ser insuficiente para garantir aprendizagem significativa e inclusão plena. A Resolução CNE/CEB nº 3/2025 reforça a necessidade de regulamentação para que a EaD não precarize, mas preserve o direito à educação de qualidade para marginalizados. Sem políticas complementares



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

(acesso a tecnologias, formação docente e acompanhamento pedagógico), a EJA semipresencial pode aprofundar desigualdades. É crucial que sua implementação inclua avaliações contínuas, transparência e compromisso com a educação emancipatória, garantindo condições reais de aprendizagem.

#### **4.REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à BNCC, e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO CECIERJ. O que é CEJA? Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/rede-ceja/o-que-e-ceja/>. Acesso em: 1 maio 2024.

GERBELLI, C.V.C; VENTURA, J. A EJA fora do lugar. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/eja-educacao-jovens-adultos/> . Acesso em: 1 maio 2025.

RAMOS, D. K.; BEZERRA, A. L. da S. Educação de Jovens e Adultos na Modalidade a Distância: Acesso, Permanência e Aprendizagem na Percepção dos Alunos. EaD em Foco, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2020.

SILVA, I. J. V. da. Acessibilidade e Identidade na Educação a Distância: A Experiência do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do CEDERJ. EaD em Foco, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, e2451, 2025.